

DA IMPERMANÊNCIA DO HUMOR: POR UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE CHARGES DIGITAIS NA PANDEMIA

Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida Lima – (UEG)

ffpalima@uol.com.br

Déborah Nascimento Amador – (UEG)

deborah.amador6@gmail.com.br

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo estudar a charge digital, orientado pela perspectiva teórica bakhtiniana dos gêneros discursivos em diálogo com alguns conceitos da linguística do discurso, e compreender sua relevância para os estudos de língua portuguesa na Educação Básica. Por ser um gênero que circula socialmente no campo jornalístico-midiático, constitui um objeto de análise que mobiliza aqui um tema atual e instigante. Quanto à metodologia, para formar os dados a serem analisados, foram analisadas duas charges, cujos sentidos, entre o humor e a liberdade de expressão, constroem uma crítica sobre a postura do presidente Jair Bolsonaro no atual contexto da pandemia da Covid-19. Essa investigação classifica-se como uma pesquisa empírica, cujo método de análise documental produz algumas interpretações que tentam acompanhar o movimento que imprimem ao nosso olhar.

PALAVRAS-CHAVE: Charge digital. Discurso. Pandemia.

ABSTRACT:

This article aims to study the digital cartoon, guided by the Bakhtinian theoretical perspective of discursive genres in dialogue with some concepts of discourse linguistics, and to understand its relevance for Portuguese language studies in Basic Education. Because it is a genre that circulates socially in the journalistic-media field, it constitutes an object of analysis that mobilizes a current and thought-provoking theme. As for the methodology, to form the data to be analyzed, two cartoons were analyzed, whose meanings, between humor and freedom of expression, build a critique of President Jair Bolsonaro's posture in the current context of the Covid-19 pandemic. This investigation is classified as an empirical research, whose method of documentary analysis produces some interpretations that try to accompany the movement that they imprint to our eyes.

KEYWORDS: Digital Cartoon. Discourse. Pandemic.

0. Introdução

Este artigo busca analisar charges digitais, na medida em que estas demandam uma compreensão sobre a produção do efeito de humor que, na perspectiva dos estudos do discurso, materializa diálogos e conflitos entre os sujeitos em interação na teia enunciativa. Embasadas na assertiva de que “os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (BAKHTIN, 2003, p. 268), observamos, como a charge digital, ao viabilizar certas escolhas linguístico-enunciativas, discute questões cotidianas da política e lança seus efeitos sobre a sociedade. Analisamos, neste sentido, algumas charges que fazem referência a um momento específico da política brasileira remissivo a pronunciamentos, na mídia digital, do atual presidente da República sobre as condições de enfrentamento da pandemia do Coronavírus.

Por estarem subordinadas à interação verbal e às mais diversas formas da comunicação humana, sócio e ideologicamente situadas no contexto pandêmico, as charges materializam discursos vários. Veiculadas em jornais de circulação nacional e internacional, diversas charges produziram efeitos de humor repulsivos a tais pronunciamentos, mobilizando um universo de imagens dadas ao público que relacionava o presidente Jair Bolsonaro ao regime nazifascista¹.

Compreendemos a charge como um gênero que dá forma a um discurso, inserido nas práticas sociais das quais ecoam seus enunciados ideologicamente marcados. Partilhamos, assim, da afirmação de que “as palavras podem mudar de sentido de acordo com as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 2011, p. 122). Certamente, tomar posições é algo inerente à materialidade enunciativa do gênero charge, especialmente quando este constitui um objeto de reflexão e crítica social.

Teixeira (2005), ao discutir a relação entre charge, política e agressividade como uma das condições que dão forma a esse gênero, assinala que:

¹ Segundo Oka (2020), nazifascismo é o nome dado aos sistemas totalitários contra o liberalismo e o comunismo, surgidos após a Primeira Guerra Mundial na Europa. As ideologias nazifascistas pregavam uma luta entre raças e a soberania de um povo sobre o outro. Essa era uma reação autoritária às crises que se enfrentavam na Europa após a Primeira Guerra Mundial. O nazismo caracteriza uma ideologia que se tornou emergente na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial e ascendeu ao poder na década de 1930 com a proclamação de Adolph Hitler como o líder absoluto da nação. Atualmente, esse regime é conhecido por ter perseguido judeus e homossexuais e por seus campos de concentração. O fascismo pode demarcar de modo mais específico na história o regime de Mussolini, na Itália, que liderou o movimento no país e instaurou também um regime totalitário. Uma vez que ambos fazem parte de contextos históricos e sociais semelhantes, ambos os termos podem ser congregados no termo *nazifascismo*.

[...] a atividade cotidiana da política determina as escolhas teóricas e práticas sem neutralidade possível. Como traço que busca na política os fundamentos de sua crítica, reproduzir com agressividade esse universo público de múltiplas e controversas significações é a vocação natural do discurso da charge, o próprio e o singular de sua função. (TEIXEIRA, 2005, p. 83).

Pela singularidade de seus traços e especificidade de sua linguagem, a charge permite ao leitor atribuir-lhe uma significação: ela não apenas reproduz uma imagem para alguém, como possibilita-lhe uma interioridade, uma identidade que é essencial à sua personificação, a uma identidade que lhe é dada pelos traços. Por ser um gênero discursivo, sua interpretação demanda a complexidade do olhar em todo o movimento interpretativo.

Assim, o referencial que embasa este trabalho é o postulado dos estudos bakhtinianos do gêneros discursivos, por entendermos que os gêneros emergem das relações sociais que se estabelecem entre os sujeitos em suas diferentes posições enunciativas. Entendendo o discurso como exterioridade à língua e à fala, considerado como um objeto de investigação que se constitui de conflitos próprios à existência de tudo o que tem vida social (FERNANDES, 2008, p. 16), instauramos, ainda, um diálogo com alguns conceitos da análise do discurso, advindos de Pêcheux (2011), Gadet (2011), Courtine (2008) e outros. Em vista disso, lançamos um olhar sobre o potencial discursivo da charge na construção e desconstrução dos sujeitos, sempre envoltos às redes de poderes e saberes que lhes dão uma imagem, um sentido, enfim, uma existência.

As ideias, imagens e os enunciados enredados nas charges reproduzem de modo significativo os discursos que circulam especialmente na esfera midiática. Por esse prisma, refletimos sobre o discurso midiático em sua relação com a produção de identidades no campo político, em que se estabelece um diálogo sobre as questões referentes à pandemia da Covid-19. Observamos como o gênero charge constrói uma impermanência sobre o efeito de humor, na medida em que mobiliza sentidos nazifascistas em seus enunciados sobre a imagem do atual presidente da República.

A charge é um gênero de grande acessibilidade que faz parte do cotidiano midiático da sociedade, e circula diariamente em jornais impressos ou digitais, revistas, sites informativos etc. A linguagem verbal aliada aos elementos visuais aguça a criticidade do leitor que pode fazer inúmeras interpretações acerca dos temas abordados e dos efeitos de humor que ressignificam a imagem do atual presidente.

Com isso, percorremos alguns caminhos para o estudo que realizamos: discutimos como o discurso midiático influencia a cosmovisão de seus leitores, despertando-lhes criticidade e deslindando o senso de interpretação sobre contextos políticos marcados por tensões; e estabelecemos uma breve discussão sobre a utilização da charge nas aulas de

Língua Portuguesa nos ensinos Fundamental e Médio. Dessarte, procedemos com uma análise documental e interpretativa de 2 (duas) charges, cuja temática emerge sob condições históricas de uma pandemia e materializa em seus traços efeitos de sentidos referenciais à postura enunciativa de Jair Bolsonaro sobre as exigências da OMS para a contenção da disseminação do coronavírus. Tal perspectiva pauta-se na tentativa de possibilitar ao leitor de charges o questionamento crítico sobre esse gênero que entrelaça memória, semiose, história e humor.

De acordo com Bakhtin (2003, p. 294), “o discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma”. Existem inúmeras maneiras de um locutor se expressar, e esses posicionamentos são sempre demonstrados por meio da escolha de um gênero do discurso. Segundo o autor,

[...] essa escolha é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto do sentido), do conjunto constituído dos parceiros etc. Depois disso, o intuito discursivo do locutor, sem que este renuncie à sua individualidade e à sua subjetividade, adapta-se e ajusta-se ao gênero escolhido, compõe-se e desenvolve-se na forma de gênero indeterminado. (BAKHTIN, 2003, p. 302).

Bakhtin (2003, p. 305) atesta que “os gêneros do discurso são, em comparação com as formas da língua, muito mais fáceis de combinar, mais ágeis, porém, para o indivíduo falante, não deixam de ter um valor normativo: eles lhe são dados, não é ele que os cria”. Para cada gênero escolhido, devemos sempre nos moldar a sua estrutura, uma vez que os gêneros nos são dados quase como nos é dada a língua materna que dominamos facilmente, antes mesmo que estudemos a gramática (BAKHTIN, 2003, p. 302).

Os enunciados constitutivos de cada gênero correspondem a cada casualidade e a temas peculiares da comunicação verbal, alcançando pontos de contatos específicos entre as significações das palavras e a sua realidade exata. Bakhtin (2003, p. 313) alega que “o gênero do discurso não é uma forma da língua, mas uma forma do enunciado que, como tal, recebe do gênero uma expressividade determinada, típica, própria do gênero dado”. Quando analisamos charges, percebemos essa concepção em seus traços, em sua propriedade enunciativa aparente, pois é um gênero que se constrói simbolicamente com a participação ativa da mídia.

Ao discorrer sobre a mídia e a produção de sentidos na sociedade, Gregolin (2003, p. 97) atesta que “o imaginário social se expressa por ideologias e utopias, que se materializam em símbolos, alegorias, rituais e mitos”. Podemos dizer que as charges que a mídia oferece ao seu público colocam em movimento esses elementos. Afinal, para todos

os processos de comunicação humana, o uso da linguagem precisa estar diretamente ligado aos campos de atuação dos sujeitos em interação. O emprego da língua é feito por meio dos enunciados aos quais comumente atribuímos o nome de gêneros do discurso.

Segundo Bakhtin (2003, p. 262-263), “evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso”. Esta definição clássica, concentra muitos sentidos para a designação gêneros do discurso, pois são muitos os tipos de enunciados que norteiam a comunicação humana também marcada por grande diversidade. Utilizar a língua é, necessariamente, algo que remete às práticas sociais que promovem a interação entre os sujeitos.

O estudo dos enunciados, considerados como a unidade real da comunicação discursiva, nos garante compreender mais simplificada e de modo mais correto também a sistematização da língua. De acordo com Bakhtin (2003, p. 283), o estudo da natureza dos enunciados e dos gêneros discursivos “é, segundo nos parece, de importância fundamental para superar as concepções simplificadas da vida do discurso, do chamado ‘fluxo discursivo’, da comunicação etc., daquelas concepções que ainda dominam a nossa linguística”. Com essa afirmação, o autor vê a necessidade de superarmos as concepções mais simplificadas da vida, estudar o enunciado é também adentrar em sua complexidade, entendê-lo como parte constitutiva não apenas dos gêneros dos discursos, mas do liame necessário entre os sujeitos e a sociedade, entre os sujeitos e sua história.

1. Entre a tela e a teia social: a charge na hipermídia

A charge é um gênero humorístico que retrata algum acontecimento político e social por meio de traços definidos em linguagem verbal e/ou não-verbal. É um texto que tende a fazer denúncias, a criticar ou a destacar acontecimentos da sociedade que estão evidenciados pela mídia.

Sob um prisma filosófico, Teixeira (2005, p. 11) define charge como sendo um desenho de humor que estrutura sua linguagem como reflexão e crítica social. Em suas palavras, “a charge é uma arma de grosso calibre a serviço da manifestação de uma ‘opinião pública’, canalizando sua agressividade latente controversa da política”. Deste modo, os sentidos do humor são postos em jogo, pois estes teriam o desafio de ressignificar os efeitos que determinados fatos, geralmente advindos do campo político, produzem na coletividade.

Partindo da assertiva de que o humor é um campo, Carmelino e Possenti (2019, p. 32) observam que a charge constitui um gênero, seja por sua estrutura, seja por suas formas de circulação e por sua peculiar relação com o contexto histórico e social. “É tipicamente composta de uma só figura e é geralmente relativa a algum evento próximo. Pode-se mesmo dizer que é um gênero opinativo”. Embora o gênero charge já tenha sido consolidado em jornais impressos, percebemos uma grande visibilidade deste na mídia digital. Além de jornais e revistas impressos e eletrônicos, as charges passaram a ser veiculadas virtualmente em *blogs* de cartunistas, em *twitters*, *instagram* etc. Devido aos efeitos de sentido que produzem, são utilizadas na mídia eletrônica, nos diferentes suportes que a hipertextualidade possibilita, o que permite à crítica social, enviesada pelo humor, um lugar de propagação e acesso em profusão.

Vale reforçar que as charges representam mais do que piadas gráficas construídas pelo humor aliado à ironia. O principal objetivo de uma charge é despertar o senso crítico sobre assuntos que estejam em alta nas discussões políticas. Em vista disso, Carmelino e Possenti (2019, p. 47) elencam algumas finalidades que caracterizam a charge, como:

[...] a) retomar casos pontuais e particulares ou fatos e comportamentos constantes/recorrentes; b) situar-se em um tempo histórico, retomando uma memória de curta ou longa duração; c) resumir ou não uma polêmica; d) exigir, para produzir sentido, a reconstituição dos fatos aos quais alude e que interpreta; e) contar uma história ou referir-se a um “clima”, a um “ar”, sustentado ou denunciado de diversas maneiras por um discurso ou um conjunto de textos de diversos gêneros que fazem avaliação de posicionamentos.

Essas pontuações contribuem também para que demarcemos a diferença entre humor e piada. Parafraseando os autores, é inteligente elucidar que as charges não retratam a realidade dos fatos, uma vez que não possuem funções socioeducativas ou moralizantes, mas procuram por meio do humor aguçar o senso crítico dos leitores a respeito do tema escolhido, retratando os fatos e as pessoas a seu próprio modo, utilizando-se de recursos humorísticos, como o uso de figuras de linguagem, bem como o uso da hipérbole que produz efeito de humor através do exagero.

De acordo com Anita Brumer (2009, p. 6), existe distinção entre riso e humor dentro da charge, tendo em vista que há inúmeras situações em que ocorrem o riso e vários tipos de humor, e que a relação entre o riso e o humor pode ocorrer simultaneamente ou de forma independente. Nas últimas décadas, tem sido crescente e significativo os estudos sobre os textos humorísticos e os estudos de linguagem em diversos âmbitos de pesquisa, haja vista que certas peculiaridades dos gêneros humorísticos, que mantêm relações não

só em segmento linguístico, mas também em ordem pragmática, textual, discursiva e históricas, tem chamado a atenção de muitos estudiosos.

Consoante Possenti (2010, p. 27):

[...] os “textos” humorísticos, embora, evidentemente, não sejam sempre “referenciais”, guardam algum tipo de relação (a ser explicitada, já que humor não é Sociologia nem História) com os diversos tipos de acontecimentos. As charges, por exemplo, são tipicamente relativas a fatos “do dia”. Apenas eventualmente, e raramente, têm como pano de fundo acontecimentos menos instantâneos, como uma campanha eleitoral.

As transformações no campo político estão diretamente elencadas com as transformações midiáticas. A mídia, por meio dos seus recursos de exposição que objetivam causar impacto nos sujeitos, pode levá-los ao exercício de ressignificação de seus pontos de vista.

Neste mundo globalizado e multimidiatizado, em que as informações circulam o tempo todo, a charge digital ganha o seu protagonismo. Na perspectiva dos novos letramentos, é mais um gênero que possibilita reflexão sobre o atual cenário político que a sociedade vivencia. No período pandêmico da Covid-19, seus recursos multissemióticos fomentam sentidos que enlaçam o sujeito leitor em sua teia hipermoderna.

A charge digital passou a ser um viés de acesso a pautas sociais que reivindicam uma sociedade mais justa, ainda que seja pela enunciabilidade do humor. Não é um texto emergente, mas um gênero que se materializa na vida digital do leitor e medeia seu olhar sobre o outro e sobre seus campos de atuação. Embora tenha sua expressão vigiada, a charge digital, na medida do contraditório, tem seus êxitos de viralização que lhe dão legitimidade. Por outro lado, as limitações de sua circulação, as interdições de seus enunciados, são apenas formas encontradas pelo poder instituído de controlar os discursos e os limites de sua liberdade.

No sistema panóptico da sociedade digital, a charge não flui livremente, na medida em que esbarra no controle político instituído que tenta minimizar sua voz, pois ela permeia a construção de nossa realidade. É um gênero que não permite o atrofiamento da reflexão ética, ainda que floresça entre padrões de comportamentos automatizados pela tecnologia. As charges digitais, de modo dialógico, regem, retratam, propagam e até apagam fragmentos de uma realidade social e multimidiática que as intima à arena das telas.

2. A relevância da charge em sala de aula

O uso de charges digitais nas aulas de língua portuguesa convoca o aluno a realizar uma leitura crítica, uma análise histórica sobre suas condições de produção e acessibilidade, bem como sobre o posicionamento enunciativo do veículo midiático e os elementos que dão coerência ao seu uso no jogo discursivo. A circulação da charge provém de um acontecimento discursivo. É um gênero com conteúdo temático geralmente remissivo ao campo político e trazido de maneira singular em diferentes suportes midiáticos, como jornais e revistas, impressos ou digitais, que possibilitam sua ampla circulação, o alcance dos mais diversos sujeitos e, por isso, diferentes leituras e interpretações.

Depreendemos que analisar charges em sala de aula exigiria do professor uma dada contextualização. Seria imprescindível apresentar aos alunos o complemento da informação sobre a charge estudada, essencial ao processo de interpretação do texto. Essa complementação poderia acontecer por meio de outros gêneros, como a fotografia, notícias, reportagens. Presumimos que a comparação entre textos de diferentes gêneros vem a somar sentidos ao humor da charge, vem agregar impressões conceituais ao olhar do leitor. A charge é, assim, um produto de discursividade e inventaria estereótipos que emergem principalmente na esfera midiática e, por sua relevância enunciativa, deve ser problematizada em sala de aula.

Dentre as diversas habilidades que povoam a área de Linguagem nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2016, p. 141), podemos destacar aqui a de código EF69LP05 que traduz, até certo ponto, o trabalho com o gênero charge, cuja finalidade é “inferir e justificar, em textos multissemióticos – tirinhas, charges, memes, gifs etc. –, o efeito de humor, ironia e/ou crítica pelo uso ambíguo de palavras, expressões ou imagens ambíguas, de clichês, de recursos iconográficos, de pontuação etc.”. Vários questionamentos podem ancorar a leitura de charges em sala de aula, fazendo com que os leitores entendam que as informações não são dadas transparentemente e que a construção do sentido depende necessariamente de se ler o que não está escrito e de se entender o que não está dado claramente.

Conforme se preconiza na BNCC (2016, p. 84), as práticas de linguagem (leitura, produção de textos, oralidade e análise linguística / semiótica) organizam-se por campos de atuação, daí a relevância de sua contextualização no processo de construção do conhecimento escolar. A charge vai ao encontro dessas práticas e movimenta em sua

aparência diferentes campos de atuação que podem ser contextualizados. Nos termos da BNCC (loc. cit.), esses campos:

[...] contemplam dimensões formativas importantes de uso da linguagem na escola e fora dela e criam condições para uma formação que contempla a produção do conhecimento e a pesquisa; o exercício da cidadania, que envolve, por exemplo, a condição de se inteirar dos fatos do mundo e opinar sobre eles [...]. (BRASIL, BNCC, 2016, p. 84).

A charge é uma prática de linguagem que possibilita diferentes exercícios: o exercício de levar o aluno a se posicionar sobre os fatos do mundo e a tecer sua opinião, lançando sua crítica, fazendo valer sua atuação em sala de aula e sua condição de leitor. Isso também é atuar na vida pública e dialogar com os posicionamentos daqueles que constroem a charge. Seria esse um modo de não limitar sua leitura a questões meramente formais.

O estudo de charges nas aulas de língua portuguesa integra a relação entre linguagem e ação, pois é um texto que estabelece um tipo de troca entre o aluno leitor e os efeitos de sentidos de acontecimentos discursivos na sociedade. Consideramos acontecimento discursivo as práticas sociais que tomam proporção e singular visibilidade no discurso midiático. Para Gregolin (2003, p. 97), “a coerência visível em cada texto particular é efeito da construção discursiva: o sujeito pode interpretar apenas alguns dos fios que se destacam das teias de sentidos que invadem o campo do real social”. Por possibilitar o olhar autônomo do aluno, sujeito de interação com outros sujeitos, com os quais concorda ou dos quais discorda, a leitura e a análise de charges nas aulas de língua portuguesa permitem interpretações plurais sobre o mundo. Estas consolidam relações de alteridade sempre regulamentadas pelos diálogos instaurados entre os alunos leitores, o professor, a charge e a realidade de que partilham.

Em outras palavras, estudar charges remissivas a posicionamentos políticos é um ato de linguagem permeado de ação e interpretação que promove atitudes responsivas sobre o campo político e midiático, o que certamente enriquece o estudo do texto enquanto processo de interação entre sujeito e mundo.

Devido à ampliação do campo jornalístico, aumentaram-se as possibilidades de interação dos sujeitos referentes à informação e à opinião, as quais estão no cerne da esfera midiática. Ao trabalhar com as habilidades que envolvem escuta, leitura e produção textual de gêneros que circulam nesse campo, o professor deve manter o interesse de seus discentes-leitores pelas situações que acometem sua comunidade e que afetam a vida de seus pares.

Conforme a BNCC (BRASIL, 2016, p. 519),

[...] vários são os gêneros possíveis de serem contemplados em atividades de leitura e produção de textos. Além dos gêneros já elencados para o Ensino Fundamental (entrevista, reportagem, fotorreportagem, foto-denúncia, artigo de opinião, editorial, resenha crítica, crônica, comentário, debate, *vlog* noticioso, *vlog* cultural, meme, charge, charge digital, political remix, anúncio publicitário, propaganda, jingle, spot, entre outros), devem ter espaço gêneros mais complexos relacionados com a apuração e o relato de fatos e situações (reportagem multimidiática, documentário) e/ou com a opinião (crítica da mídia, ensaio e *vlog* de opinião etc.), tanto no que se refere a práticas de leitura/recepção quanto às de produção.

Nessa definição, percebemos o quão variado é o escopo de gêneros no campo jornalístico. Por outro lado, é necessário que tenhamos em mente que o trabalho com gêneros em sala de aula não deve privilegiar quantidade, mas representatividade. Precisamos trabalhar os gêneros que serão relevantes aos sujeitos escolares, ao seu contexto social, e somar discussões às formas contemporâneas de enunciados que vendem uma ideia e que são utilizadas em vários recursos midiáticos e plataformas digitais.

As questões políticas, ao serem levadas para a sala de aula, proporcionam o debate de ideias e, em seu esteio, certa atuação no próprio campo da vida pública, pois discutir esse campo já é um processo de atuação. Desse modo, estudar a charge nas aulas de língua portuguesa, e à luz de suas práticas, pode despertar posicionamentos e promover discussões que se organizam na construção do conhecimento e na identificação de sentidos não necessariamente dados.

3. Da impermanência entre humor e liberdade de expressão: uma leitura de charges

Neste trabalho, entendemos a charge como um gênero que dialoga com o campo artístico-literário, pois se constrói em traços artisticamente singulares ao seu formato que, de modo figurativo e caricaturesco, tenta reproduzir fidedignamente a imagem do presidente Bolsonaro. Por esse viés, entram em cena também o campo das práticas de estudo e pesquisa, o campo jornalístico-midiático e o campo de atuação na vida pública que, nos termos da BNCC (2016, p. 85), têm, no componente Língua Portuguesa, “uma função didática de possibilitar a compreensão de que os textos circulam dinamicamente na prática escolar e na vida social, contribuindo para a necessária organização dos saberes sobre a língua e as outras linguagens, nos tempos e espaços escolares”.

Para confirmarmos esse dado, coletamos algumas charges, cujos sentidos remetem, direta ou indiretamente, à relação entre Bolsonaro e o nazifascismo, enquanto efeito dos

pronunciamentos do presidente sobre as orientações da OMS, em referência ao necessário distanciamento social e à suspensão dos serviços que possibilitam reunião ou aglomeração de pessoas em tempo de pandemia.

O mundo parou ante a pandemia, o Brasil parou e, como parte de um mundo em distanciamento movido pelo temor à Covid 19, aderiu a novas posturas e mandou a população para suas casas. Essa mudança ocasionou muitas resistências, muitos discursos se opunham e resistiam a aderir a um premente contexto de uso de máscaras e de isolamento. Boa parte da população entendeu, mas outra parte resistiu a condições e cuidados que se faziam necessários. Tal resistência tinha amparo em um discurso presidencial formador de opinião, conforme inscreve o seguinte trecho de um dos pronunciamentos de Bolsonaro, proferido em 24 de março de 2020².

[...] Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine. Devemos, sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós. Respeitando as orientações do Ministério da Saúde. No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão [...].

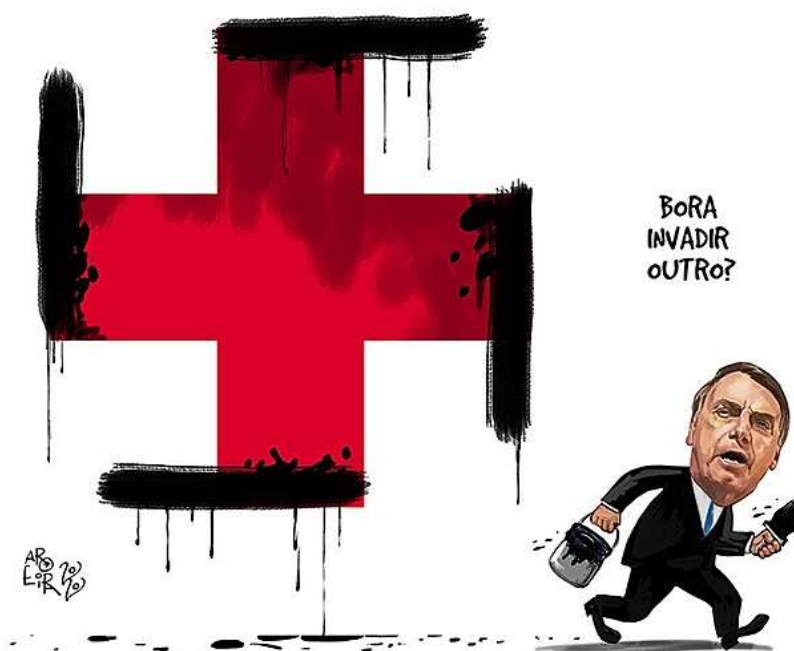
Esse trecho é do primeiro pronunciamento no contexto pandêmico, cujas palavras ganharam o mundo e as críticas da mídia brasileira e internacional. As frases, em sua maioria, são curtas, não é um discurso que se alonga, mas, como todo discurso político, tem o efeito de formar opinião e instigar comportamentos. No artigo *Os deslizamentos do espetáculo político*, Courtine (2003, p. 23) discorre sobre as transformações das falas políticas na mídia ao longo do tempo e atesta que o discurso político se submete a uma dupla exigência: ele é o “falar-verdadeiro” e o “falar-francamente” que mobiliza uma língua ordinária e a banalização das ideias políticas. A designação diminutiva “gripezinha ou resfriadinho” banaliza a condição da Covid-19 e atenua a “ameaça” de uma pandemia que se espalhava pelo país. O humor lançou sua rede sobre esse acontecimento discursivo produzido no discurso de Bolsonaro e, por meio de charges e cartuns, deu a conhecer os efeitos nefastos do discurso de um presidente.

² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Em uma *live*, realizada no dia 11 de junho de 2020, Bolsonaro fez o seguinte pedido: “Arranja uma maneira de entrar e filmar. Muita gente está fazendo isso, mas mais gente tem que fazer para mostrar se os leitos estão sendo ocupados ou não”³. Como efeito de um discurso incitador de ações, choveram notícias⁴ de invasões aos hospitais: “Após incentivo de Bolsonaro, deputados invadem hospital no Espírito Santo”; “Grupo invade alas de pacientes com Covid-19 no Ronaldo Gazolla, chuta portas de leitos e atira computadores no chão”. Com isso, charges entram em cena, dentre elas, aparece a do chargista Aroeira, conforme vemos a seguir:

Charge 1: Crime continuado

CRIME CONTINUADO



Fonte: <https://www.brasil247.com/charges/crime-continuado>. Acesso em: 18 jun. 2020.

Na charge 1, veiculada no dia 14 de junho de 2020, o título *CRIME CONTINUADO* está seguido de uma imagem da cruz vermelha, símbolo de hospitais e ambulâncias, pintada em forma de suástica nazista pelo presidente que segura uma lata de tinta preta com a pergunta *BORA INVADIR OUTRO?*. O enunciado referencia o ensejo em que o presidente instigou apoiadores a adentrarem nos hospitais para confirmar se os leitos estavam, de fato, ocupados. Tal discurso produziu um efeito devastador, conforme

³ Disponível em: <https://bhaz.com.br/2020/06/14/apos-incentivo-de-bolsonaro-deputados-invadem-hospital-no-espírito-santo/#gref>. Acesso em: 29 ago. 2020.

⁴ Disponíveis em: <https://bhaz.com.br/2020/06/14/apos-incentivo-de-bolsonaro-deputados-invadem-hospital-no-espírito-santo/#gref>. Acesso em: 29 ago. 2020.

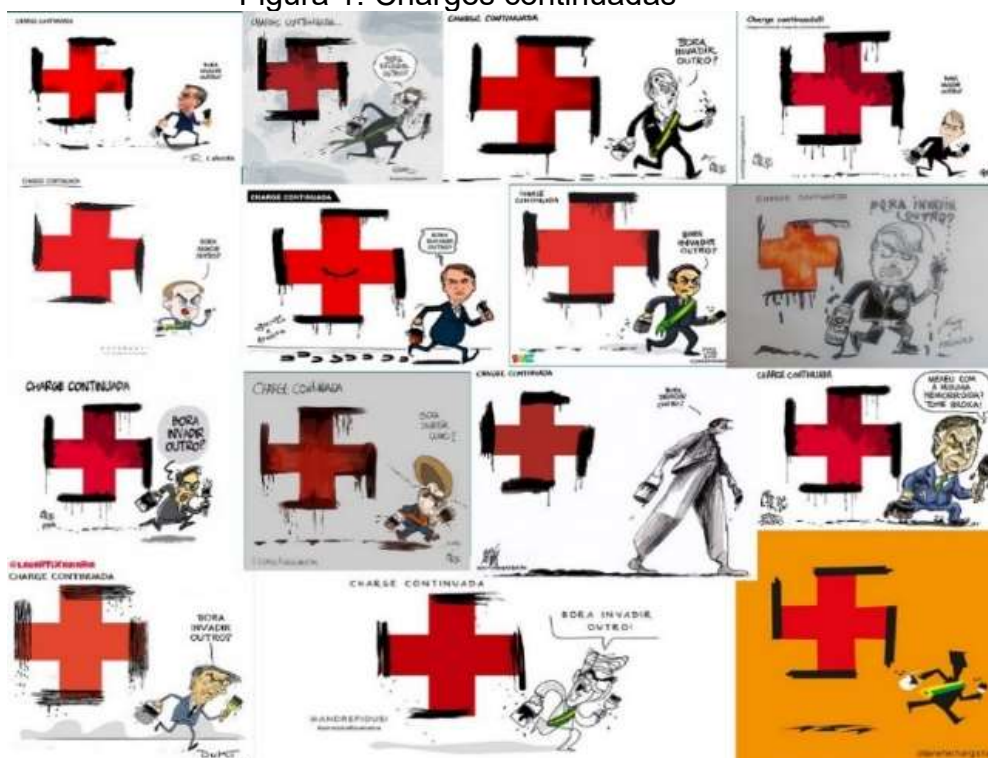
dissemos, promoveu práticas de invasão a hospitais e essas práticas produziram outros discursos.

Nas palavras de Fernandes (2008, p. 14), “para falarmos em discurso, precisamos considerar os elementos que têm existência no social, as ideologias, a história. Em suas movências, eles acompanham as transformações sociais e políticas de toda natureza que integram a vida humana”. Entender o discurso hipermidiático em sua relação com os acontecimentos sociais é condição *sine qua non* para possíveis interpretações da informação que é parte do jogo midiático-discursivo. Charaudeau (2006, p. 36) considera a informação “pura enunciação, ela constrói saber, e como todo saber, depende ao mesmo tempo do campo de conhecimentos que o circunscreve, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo no qual é posta em funcionamento”. É como se o jogo enunciativo também dependesse inteiramente do seu suporte e das condições que esse mesmo suporte dá à sua aparição midiática.

A charge 1 foi motivo de inquérito movido pelo ministro da justiça, André Luiz Mendonça, que solicitou à Polícia Federal e à Procuradoria-Geral da República uma investigação sobre o desenho publicado e reproduzido no *Twitter* por Ricardo Noblat. A ação teve uma repercussão considerável entre os jornalistas, promovendo a manifestação de outros chargistas que produziram várias releituras da devida charge, em defesa da liberdade de expressão⁵, fazendo coro em apoio à Aroeira, conforme vemos no conjunto de imagens abaixo.

⁵ Conforme prevê a Constituição Federal de 1988 (Art. 5º, IX), é garantida a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença. Vale lembrar que, a liberdade de expressão possui também um dever de responsabilidade no que tange às manifestações de pensamento, que podem acarretar processos pelos excessos a que fez as publicações e/ou proferiu os discursos humorísticos. Nesse viés, a parte que se sentir injuriada ou ofendida, pode recorrer à uma ação na justiça por danos morais que, ao ser aprovada pela justiça, faz com que o conteúdo seja removido da plataforma onde foi publicado, conforme prevê o artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei nº 12965, de 23 de abril de 2014). Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con19\).8_15.12.2016/art_5_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con19).8_15.12.2016/art_5_.asp) e <https://nic.br/noticia/na-midia/o-artigo-19-do-marco-civil-da-internet-e-constitucional/#:~:text=19%20da%20lei%2012.965%2F14,por%20danos%20causados%20por%20terceiros.&text=A%20responsabilidade%2C%20conforme%20a%20lei,um%20il%C3%ADcito%20%C3%A9%20o%20judici%C3%A1rio.%3E%20Acesso%20em:%2014%20fev.%202021>. Acesso em: 14 fev. 2021.

Figura 1: Charges continuadas



Fonte: <https://twitter.com/tulioratto/status/1272955249389719552>. Acesso em: 15 nov. 2020.

Acima, temos um conjunto de charges que traduziram uma espécie de eco para a voz do Aroeira, com várias releituras cujos posicionamentos agrupavam-se em uma ordem discursiva que enunciou “Somos todos Aroeira”. Uma vez veiculada em tela, a charge 1 se espalhou, tomou outra dimensão enunciativa e lançou sua base para outras (re)leituras. Em seus detalhes, nuances e interface gráfica, tornou-se um fenômeno viral que foi emergindo em telas, na medida em que caía na teia da vigiada *world wide web*.

Como qualquer gênero digital da hipermídia, a charge online executa-se na Internet e interliga-se aos diversos gêneros multimidiáticos, como vídeos, sons, podcasts, entre hipertextos e imagens, que possibilitam o alcance de um grande público levado pelo fluxo de sua viralização. Sobre esse fluxo sequencial do texto na tela, Chartier (1998, p. 12-13) assevera que

[...] a continuidade que lhe é dada, o fato de que suas fronteiras não são mais tão radicalmente visíveis, como no livro que encerra, no interior de sua encadernação ou de sua capa, o texto que ele carrega, a possibilidade para o leitor de embaralhar, de entrecruzar, de reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica: todos esses traços indicam que a revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler.

Se analisar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais, materializadas pela linguagem em forma de texto; e/ou pela linguagem não-verbal (FERNANDES, 2008, p. 15), a charge

consolida-se como objeto de análise linguística que se situa no campo das práticas de pesquisa das quais lançamos mão nesse trabalho.

Sírio Possenti (2010, p. 27), em *Humor, língua e discurso*, observa que “os ‘textos’ humorísticos, embora, evidentemente, não sejam sempre ‘referenciais’, guardam algum tipo de relação [...] com os diversos tipos de acontecimentos. As charges, por exemplo, são tipicamente relativas a fatos ‘do dia’”. Não temos como ser indiferentes a essa relação de implicância entre as charges e os acontecimentos discursivos que lhes dão existência.

A charge 2, a seguir, retoma os sentidos das charges anteriores, regulamentando uma ordem enunciativa à imagem de Bolsonaro sob o auspício do nazifascismo.

Charge 2: O crime imputado



Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/16/chargistas-denunciam-tentativas-de-censura-como-nos-piores-periodos-da-ditadura>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Temos acima a caricatura de Bolsonaro segurando um papel com a charge veiculada na mídia em que se registra sua imagem junto à suástica nazista. A tribuna de madeira identifica o símbolo do Brasão da República ou Brasão de Armas do Brasil. No primeiro balão, temos a fala indignada do presidente em resposta ao insulto dos chargistas que estão comparando seu governo ao do regime de Adolf Hitler. O humor inscreve-se também no *Taokei!*, vício de linguagem, comumente utilizado pelo chefe do executivo em sua fala. Com isso, remetemos aos sentidos da oralização de textos “em situações socialmente significativas e discussões envolvendo temáticas e outras dimensões linguísticas do trabalho nos diferentes campos de atuação” (BRASIL, 2017, p. 79). Ou seja,

há muito de minúcia nas charges que pode ser explorado de modo a agregar sentidos à sua leitura, à sua interpretação.

No segundo quadro, a caricatura do presidente começa a se transformar, assim como o Brasão da República brasileira vai tomando o formato do Brasão da República alemã, representado por uma águia e tem como significado força, coragem e bravura. No terceiro e último quadro, a caricatura de Bolsonaro é transformada na caricatura de Hitler, que aparece fardado e com o seu bigode característico. O vício de linguagem *Taokei?* foi traduzido para o alemão *Jawhol?*, que corresponde a *está ok* em português. Na tribuna, o Brasão do Brasil foi substituído pelo Brasão da Alemanha nazista, simbolicamente representado por uma águia com os pés agarrados à suástica, símbolo da bandeira alemã. Toda essa descrição materializa o teor nazista nos traços da charge 2.

Teixeira (2005, p. 73) conceitua charge como “um traço de reflexão através do humor, que reproduz sujeitos reais e resume conflitos políticos”. Some-se à tal concepção a necessária articulação de suas imagens ao campo jornalístico em que é construída, com isso, é possível entendermos que “o humor é o principal fundamento de sua narrativa, o instrumento singular de sua linguagem, uma vez que é através dele que a charge transforma a notícia numa consciência sobre ela” (TEIXEIRA, 2005, p. 73).

A comparação de Bolsonaro a Hitler percorre um caminho, na (re)produção de uma identidade, atribuída ao presidente brasileiro. Segundo Teixeira (2005, p. 75), “a charge produz a identidade do sujeito através de uma relação entre ele e um personagem diferente dele, para identificá-los entre si e, assim, ressaltar sua identidade recíproca e essencial”. A linguagem verbal aliada à linguagem não-verbal, pelos traços que são característicos aos sentidos do humor na hipermídia, move o leitor e a leitura em direção à ironia que norteia os sentidos da charge 2. Afinal, “seu desafio é reproduzir esse sujeito real num personagem fictício – entretanto, plausível e verídico –, revelando, pelo sentido, uma verdade sobre ele, desvinculada de qualquer traço de racionalidade” (loc. cit.). Produzem-se sentidos que criticam o governo brasileiro, comparando-o ao ditador alemão conservador e autoritário, e que tornam possível “que um personagem diferente do sujeito compartilhe com ele uma identidade comum. A função do sentido na charge é produzir *identidade por diferença*” (TEIXEIRA, 2005, p. 75. Grifos do autor).

Ao ser trabalhada em sala de aula, é preciso que se considerem vários aspectos que agregam sentidos à interpretação da charge. É um gênero midiático, do campo jornalístico, discute a vida social e, simbolicamente, trata das relações cotidianas que engendram também o campo de atuação na vida pública. Essas relações espelham uma condição social sobre o acontecimento discursivo de um dado momento e lhe dão visibilidade.

Françoise Gadet (2011, p. 103) ratifica que produzir enunciados implica em tomada de posição. A charge digital é, portanto, uma tomada de posição e traduz um estado de coisas. Seu enunciador partilha de um olhar, de uma opinião, que se materializa em seus traços politicamente direcionados. Discutir tais questões em sala de aula promove o debate e desperta, por meio de uma análise conjunta, reflexão coletiva e posicionamentos críticos por parte de seus leitores-alunos. Neste sentido, é um recurso fundamental à leitura de mundo, ao aprofundamento de questões teóricas e práticas que conduzem as aulas de língua portuguesa.

4. Considerações finais

Os temas políticos põem em movimento o olhar do leitor e traduzem percepções sobre acontecimentos discursivos com dada visibilidade. Quando esses temas chegam às aulas de língua portuguesa por meio de charges, os discentes passam a ser parte integrante de um processo de leitura que funde posicionamentos, interação e saber. Estudar o gênero charge é abordar uma prática discursiva que é parte, no jogo midiático, de uma cultura do espetáculo que coloca sujeitos políticos em cena. Assim, na condição de educadores, não basta entendermos sua contextualização em um mero suporte de comunicação, mas sua contextualização em sala de aula, ainda carente de sujeitos críticos e de olhares despertos.

A charge em sala de aula tem sua relevância, pois atrai a atenção por sua visualidade e pode estimular a argumentação, despertando o raciocínio crítico de seus leitores. Pode ser também trabalhada de modo interdisciplinar, uma vez que instaura um diálogo heterogêneo com os sujeitos em sociedade, cuja pluralidade de sentidos pode transitar por diferentes disciplinas. Além de constituir-se em objeto de análise, a charge consiste em um recurso para se trabalhar os quatro eixos dos estudos da linguagem, como a leitura, a produção de textos, a oralidade, a análise linguística e semiótica, previstos na BNCC.

É um gênero que não se dissocia de condições de produção politicamente marcadas e midiaticamente acentuadas. Devido à sátira que mobiliza, pode levar leitores-discentes a identificarem seus efeitos de críticas políticas por meio do humor, em consonância com sua aparência imagética. Em outros termos, possibilita um profícuo exercício de compreensão textual, especialmente elaborado, em recursos linguísticos e multissemióticos, portanto, eminente em suas possibilidades de análise.

Afora, a charge emerge de situações historicamente marcadas, em uma sociedade ainda carente de entendimento sobre as práticas políticas que regem os sujeitos situados nos diferentes campos da interação humana.

5. Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRUMER, Anita. O humor judaico em questão. *Web Mosaica – Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, v. 1, n. 2, jul./dez., 2009, p. 7-13.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 05 jun. 2020.

CARMELINO, Ana Cristina; POSSENTI, Sírio. Charge, memória e polêmica: o caso Bolsonaro. *Diálogos Pertinentes - Revista Científica de Letras*. V. 15, n. 2, p. 27-50, jul./dez. 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução de Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador - conversações com Jean Lebrun*. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998.

COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

FERNANDES, Cleudemar. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos, SP: Claraluz, 2008.

GADET, Françoise. A língua inatingível. In: PÊCHEUX, Michel. *Análise do discurso: Michel Pêcheux*. Tradução de Eni Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. A mídia e a espetacularização da cultura. In: GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. Primado do interdiscurso. In: MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba, PR: Criar Edições, 2005.

NAVARRO, Pedro Luis (Org.). Mídia e identidade: o novo homem e a nova mulher entre imagens fragmentadas e discursos “líquidos”. In: NAVARRO, Pedro Luis (Org.). *O discurso nos domínios da linguagem e da história*. São Carlos: Claraluz, 2008.

OKA, Mateus. Nazifascismo. *Todo Estudo*. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/sociologia/nazifascismo>. Acesso em: 20 de August de 2020.

PASSETI, Maria Célia Cortêz. Mídia e política: a produção discursiva de efeitos de verdade em enquadramentos jornalísticos. In: NAVARRO, Pedro (Org.). *O discurso nos domínios da linguagem e da história*. São Carlos: Claraluz, 2008.

PÊCHEUX, Michel. *Análise do discurso*: Michel Pêcheux. Textos selecionados por: Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

POSSENTI, Sírio. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. *Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.